

A AGRICULTURA EM MINAS GERAIS, BRASIL, NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930). FONTES E INDICADORES ECONÔMICOS

Wenceslau Gonçalves,
Eloy Alves Filho,
María Regina Nabuco*

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

A idéia de se busca a recuperação da história da agricultura no Brasil, durante a Primeira República, tem-se firmado ultimamente no interior da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Foi objeto de discussão na 48a Reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, em julho de 1996,¹ retomada posteriormente durante o 19 Simpósio Nacional de História promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH), ocorrido em Belo Horizonte, MG, em julho de 1997 e, mais recentemente, foi debatida em “Sessão Especial”² no XXV Encontro Nacional de Economia, promovido pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em Recife, PE, em dezembro de 1997.

* Gonçalves, Doutor em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP), professor, do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia, MG. E mail: wenceslau@ufur.br. Alves, Doutor em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP), professor, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa, MG. E mail: eafilho@mail.ufv.br.

Nabucco, Ph. D. em economia pela Manchester University, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

¹ Cf. Tamás Szmrecsányi, Fernando Cardoso Pedrão, Jorge Luiz da Cunha e Manuel Correia de Andrade, “Fontes e séries estatísticas regionais para o estudo do desenvolvimento da agricultura brasileira antes de 1930”, *Anais*, 48a Reunião Anual da SBPC, vol. 1, julho 1996, São Paulo, pp. 210-213.

² “A Agricultura no Brasil entre 1890 e 1930”. Com algumas modificações, o presente trabalho foi apresentado e debatido nesta sessão.

A tônica da problemática refere-se à inexistência de dados organizados e estudos sistemáticos sobre a agricultura deste período, principalmente no que se refere à produção agroalimentar, uma vez que os productos exportáveis, basicamente café, contam com uma base de dados razoável para o conjunto do país. Portanto, a questão é de dupla natureza. De um lado, para o período de 1889 a 1930, as informações que alimentam a história econômica em geral estão dispersas, não sistematizadas, uma vez que a nascente república ainda não estruturara seus serviços de estatística, situação agravada pela descentralização administrativa advinda de sistema federalista que se iniciava. Por outro lado, na questão agrícola, não possuímos séries de produção, de preços, de circulação de mercadorias, etc. para Brasil, em virtude não apenas do problema indicado acima, como também da falta de estudos que se debrucem sobre a questão agrária do período e, mais ainda, sobre a produção voltada para o mercado interno, basicamente de productos agroalimentares.

Este problema identificado para a história do Brasil, não é muito diferente para a história de estado de Minas Gerais. Aqui, os estudos de história econômica ainda não dimensionaram totalmente a questão deste período, a produção agroalimentar permanece ainda um terreno quase inculto. Grande parte da historiografia mineira recente tem discutido problemas políticos, culturais, sociais, etc. Sua importância é fundamental para a compreensão da realidade mineira, mas a base econômica precisa ainda ser melhor deslindada. E dentro dessa, a produção do campo: não nos esqueçamos que Minas Gerais, durante este período, é um estado absolutamente rural. Em torno de 80% de sua população habita o campo. O que estão produzindo? Como estão produzindo? Onde estão produzindo? Quais as relações econômico-comerciais que estão sendo estabelecidas localmente? E entre os municípios? E com os outros estados? Qual é o peso no interior do país? Qual é o ritmo das mudanças no meio rural?, etcétera.

Estas e muitas outras perguntas podem e devem ser feitas se procuramos adentrar com mais seriedade na história do estado. Contudo, se estas respostas existem —e acreditamos que sim—, ainda precisam ser pesquisadas, pois os dados que permitem equacioná-las ainda se encontram “encobertos” ou são insuficientes para o encaminhamento das questões. Este diagnóstico de falta de dados não é novo. Em 1973, Francisco Iglésias propondo uma pesquisa ampla sobre a história Econômica de Minas Gerais exatamente sobre o período que nos preocupa, observava: “Já a história do século XIX quase nem desperta as atenções. A do século XX está por ser feita. Minas tem importância no quadro da vida brasileira que está sem correspondência na sua bibliografia histórica. Há várias regiões mais ampla e profundamente estudadas como Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, talvez outras ainda”.³

³ “Perspectiva da história econômica de Minas Gerais, 1889-1930 (Projeto de pesquisa)” in *Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*, Editions CNRS, Paris, 1973, p. 376.

Muito se tem avançado ultimamente, mas o percurso ainda está quase todo por ser feito, principalmente pela inexistência de estudos que proporcionem a necessária base de dados que permitirá a amarração das diversas posturas e enfoques que têm sido lançados sobre a história de Minas Gerais. O estudo econômico-quantitativo é, pois, uma lacuna que precisa ser preenchida imediatamente para que os demais estudos e a análise qualitativa possam avançar da forma mais conveniente.

AS FONTES

Apesar dos problemas identificados, as fontes para se recuperar a história econômica de Minas Gerais, mormente na questão rural, existem. Estão dispersas em dezenas de arquivos públicos e particulares mas, em sua maioria, abertos à consulta pública. A função dos arquivos precisa ser estendida, escapar de sua determinação como elemento da prática administrativa, confundir-se com a pesquisa e, mais especificamente, com a pesquisa historiográfica para que sirvam tanto à história como ao aprimoramento da organização do Estado brasileiro, conforme bem observa Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco: “As circunstâncias determinantes do estabelecimento e da consolidação dos arquivos públicos privilegiam os seus propósitos históricos, mais do que científicos ou administrativos. E não poderia ser de outra forma. A preocupação de voltar os arquivos não só à viabilização administrativa, associa-se intimamente à complexidade burocrática do Estado contemporâneo.”⁴

São estas as fontes que precisam ser trabalhadas. No entanto, como o universo é por demais extenso, procuraremos centrar nossa atenção, num primeiro momento, na documentação oficial, que se encontra nos arquivos públicos, estaduais e municipais. Mesmo assim a tarefa não é muito facilitada. Analisando, por exemplo, os arquivos municipais, Vera Moreira Figueira observou que, só no estado do Paraná, existiam 1561 arquivos públicos e particulares. Com relação a Minas Gerais, além dessa dispersão, que dificulta a organização e a padronização da documentação, bem como a sua utilização, esta mesma autora anota que “o Primeiro Censo dos Arquivos Mineiros localizou 452 arquivos espalhados por duzentos municípios do estado. Pode-se compreender, dessa forma, a extrema dificuldade em se localizar e estimular um mínimo de organicidade dos acervos públicos municipais.”⁵

Portanto, mesmo dentro do universo dos arquivos públicos, precisaremos fazer uma seleção, observando critérios de importância variada, privilegiando a documentação estadual seguida da municipal, a localização geográfica, a disponibi-

⁴ “Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI” in Ataliba Teixeira de Castilho (org.), *A Sistematização de arquivos públicos*, UNICAMP, Campinas, 1991, p.18.

⁵ “A viabilização de arquivos municipais” in Ataliba Teixeira de Castilho (org.), *A Sistematização de arquivos públicos*, UNICAMP, Campinas, 1991, p. 39.

lidade dos pesquisadores, a importância econômico-histórica dos municípios que sediam os arquivos, a disponibilidade de documentação, etc. Posteriormente, novos arquivos serão agregados, à medida que a pesquisa for avançando.

Nesta perspectiva, portanto, nossa investigação irá trabalhar inicialmente com os arquivos encontrados em três regiões geográfico-administrativas definidas especificamente para a implementação desta pesquisa, que chamaremos de “Núcleo de Belo Horizonte”, “Núcleo de Viçosa”, e “Núcleo de Uberlândia”. O primeiro envolve a capital do estado e cidades próximas que se situam em sua área de influência direta, envolverá basicamente o Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Assembléia Legislativa do estado de Minas Gerais, e o Arquivo da Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais. O segundo, cobrindo a região da Zona de Mata e o norte de Minas, centrar-se-á em cidades como Viçosa, Juiz de Fora, Diamantina, Montes Claros, Cêro, etc., envolvendo inicialmente os seguintes arquivos: Arquivo Público de Juiz de Fora; Arquivos de Viçosa; Arquivos Públicos de Diamantina; Arquivo Público Municipal de Montes Claros, e Arquivo da Câmara Municipal de Cêro. O terceiro núcleo dedicar-se-á às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, cobrindo de início os arquivos a seguir: Arquivo Público Municipal de Uberaba; Arquivo Público Municipal de Uberlândia, e Arquivo Público Municipal de Araguari. Durante o andamento da pesquisa, outras cidades deverão ser visitadas e seus arquivos incluídos no processo de catalogação, desde que a documentação seja considerada importante para o desenvolvimento posterior dos trabalhos.

Alguns destes arquivos já formam contatados, visitados e sofreram uma avaliação prévia da documentação, que passamos a relatar a seguir.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

É o principal arquivo do estado de Minas Gerais e aquele que deve servir de referência para os arquivos municipais, ao qual, aliás, todos estes deveriam estar ligados, formando uma rede arquivística estadual, a exemplo do que se espera do Sistema Nacional de Arquivos, sob a liderança do Arquivo Nacional, previsto para coordenar todos os arquivos do país. Através da lei núm. 136, de 11 de julho de 1895, foi criado na cidade de Ouro Preto, o Arquivo Público Mineiro, repartição “destinada a receber e a conservar debaixo de classificação systemática todos os documentos concernentes ao direito publico, à legislação, à administração, à história e geographia, às manifestações do movimento scientifico, litterario e artistico do estado de Minas Gerais”.⁶

⁶ Citado em Minas Gerais, Secretaria de Estado da Cultura, *Guia do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1993, p. 8.

O acervo do Arquivo Público Mineiro é extremamente rico e adequa-se perfeitamente aos objetivos de nosso trabalho. A "Documentação pública" abrange os poderes executivo e legislativo do estado e de algumas câmaras municipais, desde o período colonial. Para os nossos propósitos interessam diversos fundos relativos ao período imperial e, mais especificamente, os da República, referentes à "Secretaria de Agricultura", "Secretaria de Finanças", "Secretaria de Interior", "Secretaria de Viação e Obras Públicas", "Congresso Mineiro"; vários fundos de câmaras municipais, documentos cartográficos, livros e revistas da biblioteca, entre outros. Além disso, a leitura da *Revista do Arquivo Público Mineiro* é obrigatória, já que a mesma é publicada desde 1896, apesar das várias interrupções que sofreu.

Além dessas, diversas outras publicações do arquivo serão importantes para a pesquisa. Também não podem ser esquecidos os volumes do *Anuário de Minas Gerais*, a partir de 1906, o *Anuario estatístico do Brasil*, de 1912, diversos trabalhos feitos pelo Serviço de Estatística Geral de Secretaria da Agricultura, além do censo brasileiro de 1920, que se encontram no Arquivo Público Mineiro

Por esta pequena exposição já é possível aquilatar a importância do Arquivo Público Mineiro para o alcance dos objetivos da pesquisa, bem como avaliar a qualidade da documentação que preserva.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

É o órgão governamental encarregado de publicar todos os atos oficiais da administração do estado de Minas Gerais, através do *Minas Gerais*, seu diário oficial. Este jornal iniciou suas publicações em 21 de abril de 1892, com a edição de seu exemplar anno 1, núm 1. Esta data é bastante significativa, pois corresponde a um feriado nacional, relativo à data de morte do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói-mártir na luta pela independência do Brasil, liderando a Inconfidência Mineira, em 1789.

O jornal, apesar de órgão oficial, portanto portador de noticiário do executivo, do legislativo e do judiciário, não se limita simplesmente a este caráter. Em suas páginas encontramos notícias de toda natureza e não referentes apenas ao estado de Minas Gerais, nem ao Brasil. Estende-se, inclusive, ao exterior, com notícias sobre as mais diversas regiões do planeta, como China, Rússia, Estados Unidos, etc. De uma forma geral, o jornal toma em seu início uma estrutura que procura distribuir as notícias em grandes módulos temáticos, conforme segue: Governo do estado; Actos do presidente; Secretarias de Estado; Noticiário; Telegramas; Secção alheia; Editaes e avisos; Annuncios. Sempre existem variações, inclusive como a adição de novas seções, mas basicamente a estrutura permanece nas primeiras décadas do século atual.

É interessante notar que o jornal faz veicular em suas páginas temas candentes da política e da economia brasileira. Os temas sociais são tratados com mais parcimônia e, praticamente, “disfarçados”. Na questão agrícola, que nos interessa aqui, o tema central do início da República refere-se à questão da mão-de-obra, que atinge com particular violência o estado de Minas Gerais.

Colocava-se em pauta a discussão sobre a imigração. Minas, contudo, não tinha como disputar com São Paulo a atração de imigrantes italianos. E quando estes aqui chegaram, não tinha como segurá-los, conforme observa John D. Wirth, ao chamar a atenção principalmente para a questão salarial, levando Minas a buscar formas alternativas de exploração rural, como a meação. Segundo este autor, “os imigrantes começaram a chegar em pequenos números. Provavelmente a maior causa das reduções de mão-de-obra nas áreas do café foi a incapacidade ou má vontade dos fazendeiros em pagar bons salários.”⁷

Nas páginas do *Minas Gerais* encontraremos ecos dessa problemática ao assumir, por exemplo, a defesa da imigração chinesa, sabidamente mais barata, em termos de custo de mão-de-obra, que a italiana. São diversos exemplares que contêm artigos discutindo a questão, notícias do andamento do projeto no Congresso Nacional, até a edição de Ato da Presidência da República regulamentando a questão.⁸

Da mesma forma, assuntos referentes a novas culturas, à distribuição de sementes de espécies mais produtivas ou resistentes, bem como espaço amplo dedicado ao motor maior do progresso para um estado interiorano: os meios de transporte. As decisões referentes às companhias ferroviárias se fazem sempre presentes. E o seu papel de difusoras do avanço e, até civilizadoras, fica bem claro em reportagem que aborda a importância da ferrovia para o norte de Minas Gerais, onde o que está ascrito é válido não apenas para esta, mas também para outras regiões do estado (e também do Brasil): “O objetivo principal da Cia. Ferrea é desenvolver a agricultura, levando àquella terra privilegiada capitães e pessoal, que a uberdade do solo convida a cultivar-o, e que insensivelmente aumentará os povoados existentes, levantando cidades, que sejam o empório do comércio, tornando aquella zona a grande productora, a grande abastecedora do país, quiçá dos mercados estrangeiros.”⁹

Estes dois exemplos servem para ilustrar a importância da fonte, do ponto de vista da análise qualitativa da questão agrária nas Minas Gerais da Primeira República. Contudo, seu potencial não se esgota aí. Do ponto de vista quantitativo, muitas informações brotam destas páginas: temos os termos legais indicando a receita (e suas fontes) e a despesa (e sua distribuição por secretarias) do esta-

⁷ John R. Wirth, *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p. 80.

⁸ Cf., entre outras, reportagens sobre a imigração chinesa no *Minas Gerais* dos dias: 1 -out.- 1892, p.954; 4 -out.- 1892, pp. 969-970; 7 -out.-1892, pp. 988-989.

⁹ “Viação ferrea do norte do estado de Minas Gerais”, *Minas Gerais*, anno 1, núm. 46, 8-jun.-1892.

do para cada ano; temos essas mesmas projeções referentes a diversos municípios mineiros; temos indicações de percentuais de impostos incidentes sobre produtos comercializados no estado, inclusive de origem agro-pastoril; temos quadros de salários do serviço público estadual e de alguns municípios; temos quadros referentes à importação e exportação de produtos (inclusive agro-pastoris) de vários municípios; temos boletins comerciais, que trazem cotações de preços de produtos agrícolas nos vários anos; temos quadros indicadores do volume de café armazenado nas estações da rede ferroviária; preços de café e açúcar comercializados; preços de gêneros alimentícios distribuídos em vários municípios, permitindo comparação; editais de licitação de gêneros alimentícios para consumo em batalhões militares, permitindo efeir hábitos alimentares, etcéa.

Como se vê, a fonte é rica e precisa ser melhor analisada para que se consiga organizar, agrupar, formar séries, buscar uma racionalidade, enfim, para este imenso emaranhado de dados constantes nas folhas do jornal. Embora não se caracterize especificamente como um jornal “comun”, a estrutura descrita do *Minas Gerais* traz em suas páginas um conjunto de fatos importantíssimos para a história em geral e para a história econômica em particular. A ele pode ser estendida a feliz observação de Matias Suzuki Jr. quando diz que: “o jornal é um tipo de vitrine da história evacuada de qualquer teleologia, sem finalidade. O presente é flagrado e fixado como um momento desvinculado do acontecer.”¹⁰

Para que se consiga esta caracterização da fonte, contudo, precisaremos compor instrumentos que permitam a anotação tematizada das informações, através da catalogação em fichas para este fim desenvolvidas, e que devem se casar com outras informações também levantadas em diferentes órgãos e referentes ao agro mineiro.

A Imprensa Oficial também responde por diversas outras publicações, como monografias temáticas, anuários, boletins, etc. Contudo, este material não se encontra disponível para consulta no arquivo da Imprensa Oficial, em Belo Horizonte, mas no acervo do Arquivo Público Mineiro e bibliotecas. Dada a importância dos dados concentrados nestas publicações, também, será preciso, sua identificação catalogação e utilização na conformação da análise e projeção de conclusões.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERABA

Durante o período de que nos ocupamos, Uberabe é a principal cidade da região do Triângulo Mineiro, tanto em termos econômico-políticos quanto culturais. A importância da cidade, portanto, é muito grande para a compreensão da econo-

¹⁰ “A maquiagem do mundo” in *Primeira página*, Folha de São Paulo, São Paulo, 1985, p. 10.

mia mineira, principalmente quanto à pecuária, que é a principal riqueza regional no período. Contudo, em termos de guarda de documentação o município demorou para tomar consciência da necessidade de um arquivo municipal. Desta forma, apesar de diversos esforços pioneiros, o Arquivo Público de Uberaba só foi criado, como autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da Lei Municipal núm. 3 656, de 4 de novembro de 1985. Mas a inauguração só ocorreu em fevereiro de 1986.

Apesar disto, o arquivo tem conseguido organizar sua documentação e oferecê-la ao público para consulta. A documentação dos poderes executivo e legislativo já está disponível, incluindo questões relativas a administração municipal, secretarias de Fazenda, Obras e Serviços Urbanos, etc. O acervo do poder judiciário também ocupa grande espaço no Arquivo de Uberaba, e é importante para o levantamento de processos de demarcação de terras, disputas sucessórias, inventários, etc.

Além disso, o arquivo é responsável pela publicação de diversas obras sobre a história da região, possui uma ampla hemeroteca que inclui dezenas de jornais do final do século passado e início do atual, extremamente ricos em informações sobre a questão agrária, e uma biblioteca de apoio contendo diversas obras raras, importantes para a compreensão do processo político regional.¹¹

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

A cidade de Uberlândia, que até 1929 chamava-se São Pedro de Uberabinha, ocupava posição secundária na economia mineira nas décadas que detêm a nossa atenção. Contudo, ao final do período já era a 12a. cidade do estado em termos de arrecadação. Sua projeção maior se dá posteriormente a 1930, mas os contornos de sua importância já estavam dados por esa época.

Em termos de organização documental, seu arquivo municipal surge mais ou menos na mesma época do de Uberaba. Foi criado pela Lei Municipal núm. 4 375, de 11 de julho de 1986. Para o período que nos importa, possui documentação relativa a impostos diversos, lançamento general de contribuições rurais, imposto territorial urbano e rural, indústrias e profissões, dívidas ativas e licenças, diários de contabilidade, livros de receita e despesa, leis, decretos e regulamentos, atos presidenciais, leis orçamentárias e regime tributário, controles administrativos dos funcionários, livros de cadastro de terrenos aforados na cidade e no município, relatórios do executivo, registros do matadouro municipal, etc.

Além disso, o Arquivo Público Municipal conta com uma hemeroteca que contém diversos jornais do período, que permitem recuperar o cotidiano e infor-

¹¹ Para informações mais detalhadas, consultar *Guia do Arquivo Público de Uberaba*, Prefeitura Municipal de Uberaba, Uberaba, 1995, 39 pp.

mações econômicas importantes pra o cruzamento com os dados recolhidos da documentação oficial. O Acervo Jerônimo Arantes, guardado no arquivo, é ainda mais rico em termos de jornais, pois trás diversos exemplares e coleções completas de periódicos da cidade e da região, desde o início do século. Além de biblioteca de referência, também em termos iconográficos o arquivos está bem servido, pois conta com ampla coleção de fotografias da época.¹²

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE ARAGUARI

Assim como Uberlândia, a projeção de Araguari é tardia, se comparada a Uberaba. Contudo, ainda no período estudado sua importância se coloca, notadamente após a chegada da estrada de ferro, através da Companhia Mogiana. Com mais esta cidade, julgamos ser possível “fechar” uma visão razoável da região triangulina, englobando as informações de Uberaba, Uberlândia e Araguari.

Dos arquivos municipais programados para a pesquisa, é o mais recente, fundado em 19 de agosto de 1994. Possui documentação relativa aos atos do executivo e do legislativo, livros de receitas e despesas, relação de contribuintes, balancetes diversos, etc. Além disso, possui razoável hemeroteca, contendo diversos jornais do período estudado, além de biblioteca de apoio.¹³

ARQUIVOS DE VIÇOSA

Arquivo Central e Histórico da Universidade Federal de Viçosa, Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa

A Zona da Mata, mineira historicamente, tem-se apresentado também como uma região de desenvolvimento tardio, especialmente após o declínio do ciclo da mineração, seja devido ao relevo acidentado, pela fraca qualidade do solo para agricultura, ou por causa da localização geográfica, distante e de difícil acesso aos grandes centros consumidores.

Nas últimas décadas do período estudado despontou na região um líder político, filho de Viçosa, Arthur da Silva Bernardes que, galgando os degraus da carreira política, atingiu a presidência da República. Arthur Bernardes buscou arrancar a região do atraso histórico em que se encontrava, dedicando a ela boa parte de sua atenção e dos recursos disponíveis. Para promover o desenvol-

¹² Para maiores detalhes, cf *Guia-Arquivo Público Municipal*, Prefeitura Municipal de Uberlândia, Uberlândia, 1992, 41pp.

¹³ O Arquivo Público Municipal de Araguari ainda não tem um guia publicado. As informações anotadas foram colhidas diretamente junto à administração do arquivo.

vimento sócio-econômico da Zona da Mata, bem como integrá-la aos grandes centros consumidores, Bernardes interligou-a ao resto do país através de via férrea e fundou, em 1926, a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV), para ser o pólo gerador e difusor de novas idéias e tecnologias para a agropecuária. Desta forma, Viçosa torna-se uma importante cidade a ser pesquisada, para se compreender com maior profundidade o desenvolvimento da agropecuária no estado de Minas Gerais. Para isso, o acervo do Arquivo Central e Histórico, bem como a Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da UFV, serão fontes imprescindíveis a serem pesquisadas.

ARQUIVOS DE JUIZ DE FORA

Arquivo Histórico Municipal

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF

Arquivo da Rede Ferroviária Federal S. A.-RFFSA

A cidade de Juiz de Fora, no período enfocado, despontou como o principal centro econômico, industrial e financeiro da Zona da Mata e se consolidou como o *entrepoto comercial dominante entre o Rio de Janeiro (na época, capital do país) e a região*. A cidade destacou-se também em termos políticos, culturais e comerciais. Até recentemente, orgulhava-se de ser a *terramãe e sede do então potente Banco de Crédito Real de Minas Gerais, órgão que deveria apoiar o desenvolvimento sócio-econômico da região*. Juiz de Fora ainda hoje é a maior cidade da Zona da Mata, destacando-se pelo seu dinamismo em todos os aspectos econômicos e também acadêmicos, acomodando em sua área de abrangência universidades, centros de pesquisa em agropecuária, como o Centro Nacional de Pesquisa em Gado de Leite da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o tradicional centro de ensino, pesquisa e produção de derivados de leite (Cândido Tostes), e os imprescindíveis arquivos das instituições públicas.

Além do Arquivo Histórico e da Biblioteca da Universidade Federal, Juiz de Fora dispõe do Arquivo da Rede Ferroviária Federal S. A. que será de fundamental importância para a coleta de dados sobre o transporte de insumos para a região, bem como pela exportação dos produtos agropecuários.

O Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora possui já catalogados em inventários detalhados, milhares de documentos contendo informações sobre as diversas atividades econômicas, políticas, sociais e produtivas, durante o Império e a Primeira República. Portanto, o levantamento detalhado e a sistematização deste dados se faz necessário.

ARQUIVOS DE NORTE DE MINAS

Diamantina:

Museu do Diamante
Biblioteca Antônio Torres
Serviço de Obras do Patrimônio
Secretaria da Cultura

Cêrro

Arquivo da Câmara Municipal

Montes Claros

Arquivo Municipal

A região norte do estado de Minas Gerais, por sua importância econômica, cultural e política, não poderia ficar de fora deste estudo. Além dos dados gerais coletados nos arquivos e bibliotecas públicas e/ou de universidades, também serão pesquisadas as cidades pólos de Montes Claros e Diamantina.

Apesar de Diamantina ter despontado no cenário mineiro e nacional por causa dos ricos garimpos de valiosos diamantes, a cidade já possuía, no início deste século, quatro indústrias têxteis, sendo que uma ainda se encontra em funcionamento. Também acomodava fábricas de vinho, manteiga e macarrão. Em seu redor crescia a agricultura para abastecer os garimpos com alimentos e as indústrias com matérias primas.

Em 1914 foi inaugurada a estrada de ferro Diamantina/Vitória (ES), dando novo impulso à economia da região. Diamantina tornou-se, então, o entreposto comercial entre o norte de Minas e o Nordeste do Brasil.

No Arquivo da Câmara de Cêrro, além dos arquivos de Cartório, que são fartos também em Diamantina, encontram-se importantes documentos como as “*Cadernetas de Entregas de Produtos*“. Estas cadernetas apresentam a contabilidade dos diversos produtos gerados na região e as quantidades entregues pelos produtores à Prefeitura.

Para completar as cidades pólos da região norte do estado, incluir-se-à um levantamento também nos arquivos de Montes Claros. Esta é uma das mais importantes cidades da região que, apesar de seu progresso recente, teve papel destacado no processo de desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode ser observado, apenas por este levantamento parcial, existe muita documentação em Minas Gerais pronta para ser trabalhada. A carência por dados organizados, que permitam confirmações (ou não), correções projeções e proposições é muito grande, mas os mesmos existem também em pro-

fusão, já não mais dispersos, mas concentrados em centenas de arquivos por todo o estado.

O papel dos arquivos municipais será fundamental para o futuro da pesquisa histórica, não apenas em Minas mas em todo o Brasil. Estes arquivos, além de organizarem a documentação e permitirem a recuperação da memória da comunidade, promovem complementarmente a inserção do município na nação, através dos diversos imbricamentos desvelados pela análise histórica.

Se o trabalho do historiador tem sido facilitado pela presença dos arquivos, sua responsabilidade aumenta na mesma proporção. As justificativas do passado já não servem mais. Resta agora colocar as mãos na “massa” e processar a documentação. E è isso que pretendemos fazer com relação à produção agroalimentar do estado de Minas Gerais, na Primeira República. Desta forma, à produção esperamos estar participando não só da recuperação da memória rural do estado, mas da construção de uma história mais rica, mais inclusiva, onde economia e homem ão sejam apenas termos de uma equação, mas elementos de uma relação social que nos permita recuperar o passado e, mais que isto, repensar o presente.